

PRÁTICAS DA
HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,
AND USES OF THE PAST

N.º 15 (2022)



Reparar o futuro:
mesa-redonda com Patrícia Martins
Marcos, Pedro Schacht Pereira, Rui
Gomes Coelho e Vítor Barros

Inês Beleza Barreiros

Práticas da História, n.º 15 (2022): 239-256

www.praticasdahistoria.pt

Reparar o futuro:
mesa-redonda com Patrícia Martins
Marcos, Pedro Schacht Pereira, Rui
Gomes Coelho e Víctor Barros

Por Inês Beleza Barreiros

A história do colonialismo é inevitavelmente a história das reparações. O labor das reparações começou no momento de expropriação colonial, antes de mais por quem dela foi vítima, e nunca terminou realmente, reatualizando-se¹. Não se trata apenas de acautelar os direitos dos descendentes de espoliados e escravizados, da restituição de objetos, da instituição de quotas, do desmantelamento de estátuas racistas, da produção de contra-arquivos, do perdão de dívidas odiosas e do pagamento de indemnizações. Trata-se também de interromper a renovação dessa violência inicial – e iniciática – que continua a operar, de desaprender (velhos) modos de conhecer, ver e ser, assegurando o direito a um mundo plural e diverso. Face à impossibilidade de reparar a violência colonial – a ocupação, a espoliação, o etnocídio, o desenraizamento, os raptos, as violações, o epistemicídio, o saque em grande escala, o extrativismo – é preciso, ainda assim, insistir no gesto de reparação como parte de um processo de cura e cuidado permanentes, reivindicando o “direito a não ser um(a) perpetrador(a)”². E nisso preconizar uma “reor-

* Inês Beleza Barreiros (barreiros.ines@gmail.com). ICNOVA (Instituto de Comunicação da NOVA), Av. de Berna, 26 C, 1069-061, Lisboa, Portugal.

1 Ana Lucia Araujo, *Reparations for Slavery and the Slave Trade: A Transnational and Comparative History* (Nova Iorque: Bloomsbury, 2017); Ariella Aïsha Azoulay, *Potential History: Unlearning Imperialism* (Nova Iorque: Verso, 2019); Bénédicte Savoy, *Africa's Struggle for Its Art: History of a Postcolonial Defeat* (Princeton: Princeton University Press, 2022).

2 Azoulay, *Potential History*.

denação do mundo”, das relações entre humanos e mais que humanos, nomeadamente com a própria terra³.

Nesta mesa-redonda pensa-se a questão das reparações históricas a partir do contexto português, mas em articulação com os debates que ocorrem noutros contextos. Trata-se do culminar de um processo que se iniciou com a escrita de um artigo a oito mãos, “O padre António Vieira no país dos cordiais”⁴. Nele detínhamo-nos no regime da cordialidade a partir da inauguração, em junho de 2017, de uma estátua anacrónica ao padre António Vieira, tomando de empréstimo a expressão do historiador e sociólogo brasileiro Sérgio Buarque de Holanda e da qual Rui Gomes Coelho fez uso em *O Arqueólogo Cordial*⁵. Tal artigo acabou por ter uma versão editada em inglês e croata, “The Unbearable Lightness of Anachronism: Practices of Monument-making and the Guardians of Historical Consensus” para a revista *GSG*⁶. O artigo havia também de ter desdobramentos vários a título individual, nomeadamente em artigos na imprensa, artigos académicos, práxis política, e na organização do evento *Descentrar o Império, Reparar o Futuro*, na Culturgest, em novembro de 2022, a convite de Liliana Coutinho, com a presença dos historiadores brasileiros Ana Lucia Araujo e Luiz Felipe de Alencastro, da socióloga Cristina Roldão e do historiador Víctor Barros.

A convite das editoras deste número publicamos aqui algumas das reflexões partilhadas neste evento e ao longo destes últimos três anos desde aquele inaugural artigo. Todas e todos estamos empenhados numa práxis de reparação: Patrícia Martins Marcos através de uma historiografia do cuidado, Pedro Schacht Pereira através de uma pedagogia libertária, Rui Gomes Coelho através de uma arqueologia reparadora, Víctor Barros através da desconstrução do “hipnotismo do império” e eu própria através de uma arqueologia da visualidade. De

3 Achile Mbembe, *Brutalisme* (Paris: La Découverte, 2020).

4 Inês B. Barreiros, Patrícia M. Marcos, Pedro S. Pereira e Rui G. Coelho, “O padre António Vieira no país dos cordiais”, *Público*, 2 de fevereiro de 2020.

5 Rui Gomes Coelho, *O Arqueólogo Cordial* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018).

6 Inês B. Barreiros, Patrícia M. Marcos, Pedro S. Pereira e Rui G. Coelho, “The Unbearable Lightness of Anachronism: Practices of Monument-making and the Guardians of Historical Consensus”, *GSG – Magazine for Contemporary Artistic and Social Issues* 3 (2021): 164-95.

resto, *reparar o futuro* significa, desde logo e aqui, resgatar e visibilizar os futuros do passado, acautelando a sua passagem pelo presente em direção ao futuro.

Inês Beleza Barreiros (IBB): *Por todo o mundo, governos de antigas potências coloniais e instituições – como a universidade e o museu – estão a ser pressionados para estabelecer políticas de reparação, como sejam pedidos de desculpa pelas atrocidades do colonialismo e a prática da escravatura em larga escala, a implementação de políticas afirmativas (nomeadamente quotas étnico-raciais no acesso à universidade e aos lugares de decisão nas estruturas), a revisão das narrativas históricas e, conseqüentemente, dos currículos (através da inclusão de outras narrativas, sujeitos históricos e artistas até agora excluídos), a restituição de objetos saqueados, a descolonização do espaço público (nomeadamente através do dismantelamento de estátuas racistas e da memorialização às vítimas da escravatura) e até o pagamento de indemnizações. Como é que, a partir das vossas diferentes perspetivas e campos de saber, podemos pensar as reparações históricas? O que são para vocês as reparações e por que são necessárias? Que formas poderão tomar, nomeadamente em Portugal e/ou no espaço afro-luso-brasileiro? Que formas tomam já?*

Pedro Schacht Pereira (PSP): É necessário, quanto a mim, e desde logo, levar em linha de conta a temporalidade do debate sobre estas questões, que é a da longa duração. Se é verdade que assistimos a uma aceleração nos últimos anos, devido a iniciativas importantes de algumas instituições museológicas europeias ou à iniciativa política de Macron em França, que levou à elaboração do relatório Sarr-Savoy⁷, a consideração da longa duração obriga-nos a uma educação crítica do olhar

⁷ Benedict Savoy e Felwine Sarr, *The Restitution of African Cultural Heritage. Toward a New Relational Ethics* (2018).

e à constatação de coisas difíceis: por um lado, e no quadro dos legados do comércio transatlântico de pessoas escravizadas, as reparações foram desde muito cedo exigidas por ex-escravizados, como demonstram estudos recentes de alguns historiadores que se dedicam a esse estudo específico. Não é, por isso, um debate recente nem diz respeito apenas à memória que têm hoje os seus descendentes. Por outro lado, os estados há muito que promovem políticas de reparação histórica, mas sobre isso temos de lembrar que, no rescaldo das abolições da escravatura, as indemnizações aos senhores escravocratas pela sua perda de “propriedade” foram as que prevaleceram. A esse título, a história do Haiti é particularmente sórdida, tendo o país sido obrigado, em 1825, a pagar uma indemnização ao estado francês, humilhação que teve a conivência de vários estados europeus, incluindo o português, e que levou mais de 120 anos a pagar. Quando o presidente Aristide se lembrou de pedir a indemnização desse pagamento à França, em 2003, foi imediatamente deposto por um golpe de estado. Não é uma questão antiga, que mais valeria esquecer, é uma questão do nosso tempo. As reparações têm de ser entendidas como dizendo respeito a toda a comunidade, e nunca de acordo com uma lógica transaccional, além de que as restituições são apenas uma das formas que ela deve assumir; uma sociedade que conhece os erros do passado e opta por não corrigir a sua trajetória está condenada à injustiça como *modus operandi*.

Patrícia Martins Marcos (PMM): O ato de reparar pode começar por gestos concretos, que visem reconhecer os silêncios impostos pelas narrativas hegemónicas sobre o passado. Em Portugal, especificamente, este exercício implica construir narrativas mais amplas, quer através de abordagens que permitam expandir o leque das subjetividades e identidades tidas como capazes de agenciamento, quer ao admitir dentro do próprio passado um rol de agentes mais amplo, atribuindo-lhes relevância histórica. Ademais, creio ser essencial sermos capazes de urdir um imaginário no espaço público em que, não obstante a confrontação com a violência sistémica exercida sobre grupos historicamente marginalizados, também seja possível aprender a existir para além do desígnio imperial.

No seu imaginário coletivo, Portugal ainda não sabe não ser império. Assim, as narrativas sobre o passado coletivo parecem não sair do mesmo leque limitado de tropos sobre a bravura e a navegação. De certo modo, este tipo de “arrested development” (*desenvolvimento detido* numa série de mitologias ou momentos mitificados) estagna os imaginários e os campos de possibilidade, negando o passado a muitas pessoas e comunidades. A “história universal da nação” tem este problema: finge ser de todos quando, afinal, não é de ninguém. Não obstante, reitera um discurso que só interessa às elites que têm detido o monopólio sobre a escrita do passado. Tendo crescido numa zona mais rural do país, mas educada dentro do pacto amnésico da glória imperial, eu própria só me apercebi no fim da licenciatura em história, que tirei na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que a “nossa” suposta história nacional afinal não me abrangia a mim. Onde estavam pessoas como as minhas avós, ambas analfabetas (como tantas outras pessoas, aliás), dentro desta história de glória? Elas não existem nos discursos, mas estão – e estavam – lá, na realidade de todos os dias. Reparar tem, necessariamente, de marcar esta diferença. Apesar de quase 50 anos de democracia, o discurso oficial das instituições e do poder político pouco ou nada mudou. E, o que é pior, continua a materializar-se em políticas do património que, investidas como estão na glorificação da “empresa imperial”, acabam por perpetuar mais silenciamento, negacionismo da violência colonial, deste modo fingindo que Portugal não ocupou um lugar – esse sim pioneiro! – no trato transatlântico de pessoas escravizadas. Deste modo, reparar tem necessariamente de operar uma rutura radical com o precedente de silêncios, perdendo assim o temor de abandonar as narrativas nacionalistas do regime salazarista. Só depois de se efectuar essa cisão, Portugal verdadeiramente merecerá o nome de democracia plural.

Rui Gomes Coelho (RGC): Na minha perspectiva, e inspirado pelo sociólogo moçambicano Elísio Macamo, direi que as reparações são desde logo uma atitude através da qual procuramos estabelecer uma relação de respeito mútuo, consensual, com outras pessoas. É uma necessidade que surge num contexto em que esse tipo de relações tenha sido

suspenso, inviabilizado. O aparecimento do campo disciplinar em que eu trabalho, a arqueologia, foi possível num momento em que se naturalizaram relações desiguais, extrativas, com o pretexto da cor da pele ou da nacionalidade. Simultaneamente, a arqueologia foi viabilizada porque se romperam, de forma cristalina, relações entre pessoas e não-pessoas. E agora perguntamo-nos: como assim, entre pessoas e não-pessoas? O forjamento de relações desiguais, não consensuais, serviu para legitimar modelos extrativos de produção económica e de conhecimento. Isto só foi possível porque se criou essa categoria chamada “natureza”, desligando-a da humanidade ou desumanizando-a. Muitos grupos humanos, como sabemos, foram também desumanizados para que se normalizassem a sua objetificação e exploração. Aos arqueólogos, indivíduos encarregados de produzir conhecimento sobre o passado, coube uma parte importante deste processo de desligamento: entre o presente e o passado, mas também entre os nossos próprios corpos e os corpos dos outros, entre os nossos corpos e as coisas que produzimos com os nossos corpos. De certa maneira, o desligamento entre a humanidade e a natureza/materialidade, entretanto objetificadas, abriu as portas à objetificação de outras pessoas, que se passaram a considerar insuficientemente humanas. O genocídio entrelaçou-se com o que Boaventura Sousa Santos chamou de epistemicídio. Este processo concretizou-se, por exemplo, com a violação de sepulturas e a profanação de restos humanos, ou com a aquisição de objetos para museus, universidades e outro tipo de instituições que passaram a ter o exclusivo da mediação do passado, do acesso ao arquivo da terra, ajudando a delinear as fronteiras do estado-nação e do império no espaço e no tempo. Deste modo, devemos pensar na inviabilização ou suspensão das relações de respeito mútuo, consensuais, como condições imprescindíveis para a formação da sociedade moderna, tanto em Portugal como nos espaços que foram colonizados. A tarefa de inventar essas relações, no tempo presente, corresponde à necessidade de produzirmos ou aprofundarmos a democracia.

Víctor Barros (VB): A reparação deve ser uma ação de reconhecimento público e de responsabilidade histórica. Não pode haver uma po-

lítica de memória em torno do colonialismo sem admitirmos, desde logo, que a colonização produziu efeitos de desigualdade em grande escala, a vários níveis. Por isso, a primeira ação de reparação é reconhecer o colonialismo como crime; a segunda (mais concreta) é ensinar a história do colonialismo nas escolas públicas, inclui-la nos programas públicos (como ensinamos o Holocausto e outros passados difíceis); a terceira ação é, em vez de celebrar o colonialismo (através dos vários traços e referências que ainda povoam as nossas topografias quotidianas e cartografias urbanas), implementar políticas de cidadania mais ativa, com uma cultura histórica menos hipnótica e mais emancipatória.

IBB: *O debate em Portugal tem-se feito de avanços e recuos, havendo uma longa genealogia que ainda está por fazer, mas que acelerou a partir de 2017 propulsionado pelo caso da estátua ao padre António Vieira, desdobrando-se, hoje, em múltiplos temas, tomando muitas formas e encontrando, igualmente, grandes resistências na esfera pública. A este propósito, o ministro da Cultura, numa entrevista recente ao jornal Público (22 de outubro de 2022), afirmou, quando perguntado se admitia instrumentos de discriminação positiva, “que não sabia se era esse o caminho”. Voltando a reafirmar que “não era esse o caminho” quando perguntado sobre políticas ativas – como a majoração para projetos com equipas multiétnicas – nos concursos da Direção Geral das Artes por forma a promover o acesso e a representatividade. Na mesma entrevista, o mesmo ministro da Cultura declarou que vai iniciar o processo de devoluções de obras para depois afirmar que “é uma discussão que deve começar por ser técnica, envolvendo os museus, os académicos, mas também as grandes coleções que não estão nos museus nacionais e onde há peças desse tipo. O que não é bom é começar a falar em devoluções sem saber quais são as proveniências. Tem de haver uma reflexão estruturada no contexto da administração pública, assente no bom senso e sem uma lógica polarizada”. **Gostaria que comentassem estas declarações no seu todo ou em parte. São estas questões meramente “técnicas” e do domínio de “académicos”? A que “bom senso” estará o ministro a referir-se e que “lógica polarizada” é esta?***

PMM: Essas respostas não só “empurram com a barriga” como são vagas demais. Tendo em conta a composição da academia nacional, onde quase não existem negros na carreira docente, o mito dessa tal “objetividade técnica”, a que o ministro parece aludir, é rapidamente desfeito. Aliás, basta atentar em toda a polémica que, recentemente, foi gerada em torno da exclusão de Grada Kilomba da Bienal de Veneza, para percebermos como as soluções tidas como “técnicas” padecem do problema maior que, de resto, afeta toda a sociedade portuguesa: elitismo, pequena escala, exiguidade de oportunidades, concentração de poder e privilégio na mão de poucos. Aqui, uma vez mais, creio ser essencial perder os hábitos mentais do colonizador. Nomeadamente, perceber o tanto que Portugal tem a aprender com o Brasil no que diz respeito à questão das quotas. Hoje, volvidos cerca de 20 anos desde a introdução de quotas no Brasil, é indiscutível como as universidades, a pesquisa e o país mudaram. Em Portugal, pelo contrário, as pessoas têm muito medo de alterar regimes de poder – que, no fundo, seria uma das consequências mais imediatas de um regime de quotas. A este respeito, o discurso do ministro é sintomático. Apelos ao “bom senso” – que, implicitamente, parecem acusar quem interpela o poder, exigindo mais e melhor, de um perigoso radicalismo – parecem fugas para a frente. Estes apelos são intuitivos, e entendo bem por que são feitos, mas são falaciosos. Aliás, tão falaciosos quanto a tentativa de reduzir o debate sobre o património colonial saqueado a uma questão técnica. Esta resposta manifesta, no mínimo, falta de coragem e consciência política. Ademais, diz-nos que o ministro não entende, na realidade, o que foi o colonialismo – que não só constitui uma estrutura política de poder, mas também um sistema de usurpação, racismo, violência e apagamento epistémico –, configurando-se o museu como um dos seus epítomes. O museu invoca a lógica a que Tyler Stovall chamou de “white freedom” [liberdade branca] e Aileen Moreton-Robinson chamou de “the white possessive” [o possessivo branco]. Ou seja, no caso de Stovall, aludem à forma como o “direito natural” à liberdade e posse é racializado – logo, de *per si*, excluindo quaisquer sujeitos divergentes da heteromasculinidade branca. Já no caso de Moreton-Robinson, esta ideia

diz respeito ao modo como o direito *legal* à posse e à propriedade (seja de bens ou pessoas) se encontra ancorado em pressupostos que, embora na Europa estejam configurados dentro da ideia de “civilização”, devem, na realidade, ser contextualizados dentro de práticas normalizadas de violência, saque e usurpação. Neste sentido, o museu configura uma das provas do crime. Não confrontar estes legados, remetendo a solução para especialistas do domínio técnico, é uma forma de evasão.

VB: Isto não é um assunto meramente académico. É, acima de tudo, um assunto político. Por exemplo, quando falamos na restituição devemos sempre lembrar dos contextos em que as obras africanas foram obtidas (através de roubos e pilhagens em contextos de corrida imperial europeia à África). Só isso é, já de si, suficiente para nunca se colocar nenhuma objeção sobre o imperativo da restituição. Além disso, a restituição deve ser um ato de sepultar politicamente o império e o que as ações imperiais e coloniais representam. O debate (academicamente falando) é útil para estabelecer inventários, identificar repertórios de ação, mas sem nunca pôr em causa a devolução efetiva dos artefactos africanos. Devolver algo ao seu espaço de pertença é uma forma de assumir, publicamente, a responsabilidade histórica.

RGC: O ministro está claramente equivocado. A questão das restituições, ou qualquer outra questão de justiça social, é primeiramente política. Uma das características da colonialidade é a restrição da autoridade no conhecimento sobre o passado a grupos específicos e restritos que se validam através de instituições ou modelos de produção de conhecimento com regras muito bem delimitadas. No caso da arqueologia, isso cabe aos arqueólogos. Mas também podemos aí incluir historiadores, museólogos, todos os tipos de profissões. Foi assim que aconteceu o processo de desligamento de que falava há pouco. Sendo assim, enquanto académicos ou técnicos empenhados no estabelecimento de relações consensuais, temos de nos deixar colocar numa posição de vulnerabilidade, isto é, uma posição em que façamos uma crítica do

nosso posicionamento epistémico e nos saibamos abrir a outros modelos. Isto é puramente político. Claro que os técnicos e académicos terão as suas próprias posições, enquanto cidadãos, mas é desonesto que o Estado lhes atire o ónus de decisões que cabem aos nossos representantes. De resto, podemos contribuir de muitas e variadas formas do ponto de vista técnico, nos termos em que o ministro imagina. Ou seja, podemos fazer inventários e avaliar as condições materiais em que os objetos se encontram, ou até expor os conhecimentos que fomos extraindo e acumulando ao longo do tempo sobre esses mesmos objetos. Mas isto é uma coisa que à partida já faz parte da missão das instituições museológicas e culturais.

PSP: Considero tais declarações como problemáticas, e até lamentáveis na boca de um ministro, pela ambivalência que projetam. Creio, na verdade, que elas contribuem para a polarização a que pretendem opor-se, pois enfermam de falta de rigor. Disse o ministro que não sabia se era esse o caminho, mas a sua atitude é a de quem já optou por uma resposta antes que qualquer estudo tenha sido realizado em Portugal. Não saber não é em si mesmo um problema, desde que estejamos dispostos a aprender, ou a admitir que aprendemos algo com alguém mesmo quando não estávamos dispostos a considerar como válidas as suas propostas. Curiosamente, ele preconiza uma ação de inventariação do património africano existente no país que a deputada Joacine Katar Moreira havia proposto logo no início do seu mandato através de uma Proposta de Alteração ao Orçamento do Estado de 2020, mas por qualquer razão insondável depreende que a proposta da deputada era polarizadora enquanto a sua não é. Lembro que a deputada nunca advogou a devolução sumária de património, e que isso é matéria pública. O ministro fala sob a égide de uma retórica da incerteza (“não sei se”), mas a partir de uma posição de poder. Esta relação entre poder político e incerteza discursiva é o que deve ser pensado: até que ponto esta serve a agenda de um poder apostado na manutenção do *status quo* e alicerçado na ambivalência disfarçada de pluralidade? No entanto, o ministro fala como se o relatório Sarr-Savoy, ou o recente livro de

Savoy (2022), para mencionar apenas publicações recentes, não tivesse já desmontado cabalmente algumas das falácias da resistência europeia às restituições patrimoniais. Esse bom senso deveria ser definido pelo ministro, como documentadas as posições de quem ele considera fomentar a polarização, porque o registo de ambivalência envenena o debate, ao sugerir que quem não está de acordo com as posições do ministro, ou quem considera ser este um assunto de vida ou de morte – não da do ministro, evidentemente – não merece a interlocução. A questão das reparações é a questão da justiça, e por isso é a questão da democracia. E a maturidade democrática (um tropo muito do agrado do poder liberal) mede-se em parte pela forma como uma sociedade responde a este desafio. Ora, a verdade liberta, e libertar-se é um processo que deveria ser caro a uma democracia liberal, mas Portugal tem ainda um longo caminho pela frente.

IBB: *Direta ou indiretamente, vocês trabalham a questão das reparações e/ou o vosso trabalho preconiza uma demanda descolonizadora dos campos de saber que cada uma e cada um de vós habita – a história, a arqueologia e os estudos literários. Como é que esta questão das reparações enforma a vossa práxis de investigação, de ensino e de pedagogia?*

VB: A descolonização do conhecimento passa pela necessidade da sua democratização. Não pode haver democratização do conhecimento (nem descolonização epistémica) quando, muitas vezes, a produção e o acesso a determinados tipos de contextos de saber encontram-se limitados, ou seja, disponíveis a pessoas que têm condições materiais para aceder a esse conhecimento e discuti-lo com outras pessoas que, igualmente, estão a gravitar na mesma órbita. Uma das ações que tenho aprendido, a partir de baixo, é *periferizar* (se esse verbo for tolerável) o conhecimento muitas vezes centralizado academicamente, olhando para espaços sociais, grupos e coletivos culturais e políticos que estão a fazer ações de produção de conhecimento, de debate e de tematização de

objetos novos e velhos, desafiando os protocolos de produção do conhecimento académico. Por exemplo, aprende-se muito mais com trabalhadoras domésticas sobre relações de dominação por proximidade do que com académicos e manuais de antropologia e de sociologia. Admitir essa hipótese é, desde logo, um ato de romper com o culto do saber académico e olhar para outras janelas menos elitizadas de produção do conhecimento e de identificação de redes de saberes que o quotidiano elabora e disponibiliza permanentemente.

RGC: De que modo é que a arqueologia pode ajudar neste processo? Há duas possibilidades. Em primeiro lugar, através do seu papel tradicional de mediação do passado, a arqueologia pode mostrar que a incompletude da humanidade está no seu desligamento da natureza e do mundo material. Esse desligamento é contextual, estranho a comunidades diversas independentemente do tempo e da geografia que habitam, e nós precisamos de considerar o universo de possibilidades que essas comunidades preconizaram se quisermos produzir um arquivo de histórias que inspire uma sociedade mais justa. Por outro lado, o conjunto dos saberes que formam o campo disciplinar da arqueologia, desde as técnicas às sociabilidades, tem um grande potencial transformador. Neste caso concreto, podemos pensar em vários exemplos. A inventariação, estudo e disponibilização de coleções obtidas em relações não consensuais é um caminho importante. Lembremo-nos, por exemplo, de que as mais extensas coleções coloniais à guarda de instituições portuguesas, em números absolutos de objetos, são arqueológicas. Por outro lado, temos também de pensar na espoliação contínua do mundo rural em Portugal, que resultou na concentração de coleções nas grandes cidades e na formação de uma instituição como o Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa. Eu penso aqui em reparações, e não apenas em restituições, porque as comunidades de origem foram, em grande medida, desligadas do conteúdo dessas coleções, e em muitos casos é necessário reparar ou restabelecer uma ligação suspensa. Penso que a investigação pode, em determinadas circunstâncias, contribuir para esse processo. Olhemos, por exemplo, para o trabalho de equipas foren-

ses que se dedicam a recuperar pessoas desaparecidas em contextos de repressão política. O processo de recuperação dos restos mortais dessas pessoas não restabelece nada, mas ajuda a reparar ligações rompidas com familiares e comunidades, ou a estabelecer novas. Nesta linha, e eu penso que este é talvez o modo de reparação mais importante, devemos pensar que a arqueologia enquanto campo de sociabilização pode ser um instrumento reparador, isto é, de estabelecimento de relações de respeito mútuo e consensuais. A arqueologia é um campo disciplinar muito social porque implica trabalhos de campo em grupo, e muitas vezes a migração sazonal de investigadores e estudantes. Esta dimensão social potencia o desenho de projetos orientados pelas comunidades, isto é, em que os interesses e expectativas destas precedem as próprias questões da investigação. Devo muito aos ensinamentos de colegas no Brasil, EUA e Espanha, onde vivi ou passei temporadas, que me encorajaram a explorar criticamente o envolvimento da arqueologia nas causas sociais. Tenho procurado praticar uma arqueologia reparadora através do meu próprio trabalho. Destaco aqui a investigação que tenho vindo a fazer sobre guerrilhas e comunidades que apoiaram movimentos antifascistas na raia galego-portuguesa e nas montanhas da Croácia. A arqueologia faz a mediação dessas experiências em colaboração com as partes interessadas, desde logo *partisans* que ainda se encontram entre nós. Estas histórias têm-me ajudado a refletir nas práticas de hospitalidade fronteiriças, em tempos de guerra, e na forma como elas se reinventam na atual crise de hospitalidade na Europa. Mais recentemente tenho desenvolvido, com parceiros locais, um projeto sobre a memória do tráfico de pessoas escravizadas e do colonialismo em Cacheu, na Guiné-Bissau. É um projeto que se ancora nas comunidades, e por isso temos estado a experimentar um protocolo de consulta e de monitoramento do impacto dos trabalhos arqueológicos. É um processo inteiramente em aberto.

PSP: Na área dos estudos literários está tudo praticamente por fazer, quer em termos de investigação como de pedagogia, ou mesmo da configuração curricular dos programas. Claro está, é necessário avaliar pro-

gramas de literaturas de língua portuguesa em Portugal e nos restantes países onde a disciplina se estabeleceu, como o Brasil, os EUA, o Reino Unido e outros. Em Portugal, e não obstante haver várias pessoas a desenvolver trabalho sério, há toda uma constrição institucional que não facilita a mudança. Há dois caminhos mais imediatos, mas ambos são alvo de resistência: um deles é a recuperação de autores silenciados pelos cânones, e a discussão de como essa recuperação deve ser efetuada; o outro é a consideração de outras leituras a respeito de autores já reconhecidos. Tivemos há coisa de ano e meio um caso paradigmático com Eça de Queirós: uma aluna de doutoramento na Universidade de Massachusetts-Dartmouth propôs, no âmbito de uma prova preliminar, uma leitura da linguagem racista que é possível detetar em *Os Maias*. Tratava-se de um projeto a dar os primeiros passos, onde havia mais perguntas do que certezas; no entanto, em Portugal caiu o Carmo e a Trindade porque, sem qualquer atenção ao contexto de enunciação e às potencialidades do projeto, se decidiu imediatamente que a aluna, ainda por cima cabo-verdiana (a origem nacional foi um assunto em todos os artigos de opinião dedicados ao assunto!), pretendia cancelar Eça de Queirós. Há uma fragilidade evidente nesta receção agressiva, em que a dimensão racial contribui para inquinar as águas: por um lado, há o despeito por a cultura portuguesa não atrair a atenção internacional que merece; por outro, quando finalmente atrai atenção, nunca é a atenção desejada. E, tratando-se de uma pessoa estrangeira e com herança colonial, abre-se a porta ao mero e simples desrespeito. Ora, a questão racial é central na escrita de Eça, por razões de contexto histórico, mas também por razões estilísticas: a omnipresença de pessoas negras na sua obra deve ser vista como um sinal da decadência social que a escrita realista-naturalista procurava escarpelizar. A hipocrisia liberal perante a manutenção da escravatura nas colónias e no Brasil era outro tema particularmente presente em *O Primo Basílio*. É uma iniciativa de reparação o poder-se ler obras com peso histórico de outra forma, o dar-se voz às outras vozes que nela falam. Deveria ser uma constatação serena, mas numa sociedade em negação isso é impossível.

PMM: Em primeira análise, pela minha orientação crítica face aos temas que trabalho e pelo meu compromisso em praticar o que apregoo. A espinha dorsal do projeto de “reparar o mundo”, para citar Ariella Aïsha Azoulay, tem de começar com a nossa própria práxis e coerência. Aqui, creio que temos de estar disponíveis a aceitar erros, visitar práticas antigas, abandonar algumas soluções mais convenientes para que, então, seja possível urdir novas esferas de possibilidade e imaginários. Em termos de exemplos práticos, creio que a historiografia (portuguesa e não só) tem ainda um longo caminho a percorrer. Existe um problema de arquivo que, em larga medida, pode levar as pessoas a falar na recuperação do agenciamento negro ou indígena, reduzindo esses modos de recuperação a uma metodologia de leitura “against the grain” [em contramão], isto é, orientada por uma rejeição intencional de narrativas dominantes. No entanto, os povos indígenas continuam a existir hoje e têm de ser engajados, ouvidos e, diria até, centrados na nossa abordagem. Mesmo que não tenhamos documentos que sistematizem essas formas ameríndias de pensamento para o período moderno, continuamos a poder pensar que elas existiam, não obstante os silêncios do arquivo. Logo, assim como muitos investigadores não têm quaisquer problemas em recorrer a Foucault, Spivak ou Saïd no seu trabalho de elaboração teórica sobre o passado, é urgente também incorporar o pensamento – e os pensadores – negros, afrodiáspóricos e indígenas em par de igualdade com esse cânone crítico e pós-colonial mais clássico. Aqui, creio ainda que a história tem um longo caminho a percorrer – e que é urgente que o faça. A disciplina terá de entrar num diálogo mais sustentado e profundo com áreas como os Black Studies [estudos negros], Critical Indigenous Studies [estudos críticos indígenas], estudos queer ou Ethnic Studies [estudos étnicos] para se reinventar um pouco. Aliás, a própria história da emergência destas áreas de estudo nos anos 60 e 70, fora da matriz das disciplinas convencionais, esteve profundamente ligada às lutas por um espaço epistémico que transpusesse os limites exíguos admitidos dentro dos espaços disciplinares “clássicos” criados no século XIX. O facto de ter sido necessário criar novas áreas de estudo diz-nos já muito das fronteiras auto-impostas pelos cânones,

e de como as práticas de produção do conhecimento se vão consolidando dentro dessas mesmas disciplinas. Como historiadora do colonialismo português, o meu esforço passa também por aqui. Pela incorporação de pensamento não contemplado nestes cânones, mas também por uma tentativa de colocar o pensamento de pessoas como Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane, Ailton Krenak, entre outros, em diálogo com Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, e ainda com autores mais clássicos dentro da literatura em inglês como Sylvia Wynter ou Stuart Hall.

IBB: *Muito obrigada pela vossa contribuição e pela generosidade do vosso tempo.*

BIBLIOGRAFIA

Araujo, Ana Lucia. *Reparations for Slavery and the Slave Trade: A Transnational and Comparative History*. Nova Iorque: Bloomsbury, 2017.

Azoulay, Ariella Aïsha. *Potential History: Unlearning Imperialism*. Nova Iorque: Verso, 2019.

Barreiros, Inês B., Patrícia M. Marcos, Pedro S. Pereira, e Rui G. Coelho. “O padre António Vieira no país dos cordiais”. *Público*, 2 de fevereiro de 2020.

Barreiros, Inês B., Patrícia M. Marcos, Pedro S. Pereira, e Rui G. Coelho. “The Unbearable Lightness of Anachronism: Practices of Monument-making and the Guardians of Historical Consensus”. *GSG – Magazine for Contemporary Artistic and Social Issues* 3 (2021): 164-95.

Coelho, Rui Gomes. *O Arqueólogo Cordial*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

Mbembe, Achile. *Brutalisme*. Paris: La Découverte, 2020.

Savoy, Bénédicte. *Africa’s Struggle for Its Art: History of a Postcolonial Defeat*. Princeton: Princeton University Press, 2022.

Savoy, Bénédicte, e Felwine Sarr. *The Restitution of African Cultural Heritage. Toward a New Relational Ethics*. 2018.

BIOGRAFIAS

Inês Beleza Barreiros é historiadora da arte interessada na forma como a colonialidade do ver sustenta a colonialidade do saber, nas sobrevivências do colonialismo e nos processos de reparação. É investigadora-colaboradora no ICNOVA da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, editora da revista *La Rampa. Art, Life & Beyond* e co-manager nacional do projeto europeu TRACTS – “Trace as a Research Agenda for Climate Change, Technology Studies, and Social Justice”. Tem feito investigação e escrita de argumento para filmes documentais que exploram a relação do cinema com outras artes. Inês é doutorada em *media*, cultura e comunicação pela New York University, mestre em história da arte contemporânea pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa, e licenciada em história, variante história da arte, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Entre vários artigos publicados em revistas académicas e capítulos de livros é autora de “*Sob o olhar de deuses sem vergonha*”: cultura visual e paisagens contemporâneas (2009).

Patrícia Martins Marcos é UC Chancellor’s Postdoctoral Fellow no Departamento de História e no Centro Bunche de Estudos Afro-Americanos da Universidade da Califórnia – Los Angeles (UCLA). O seu trabalho explora a produção de hierarquias de inferioridade humana a partir da história da ciência e da medicina no período moderno e no espaço luso-afro-brasileiro. É atualmente Early Career Representative da History of Science Society e coeditora da *History of Anthropology Review*. O seu trabalho recebeu apoios da Comissão Fulbright Portugal, da Huntington Library, da American Philosophical Society, da John Carter Brown Library e do Centro for Black, Brown, and Queer Studies. É atualmente bolsista da Folger Shakespeare Library e publicou na *Radical History Review* sobre o uso de práticas de resistência visual negra como metodologia histórica em Portugal e nos seus antigos espaços coloniais.

Pedro Schacht Pereira é professor associado de estudos luso-afro-brasileiros e ibéricos na Ohio State University. Licenciou-se em filosofia na Universidade de Coimbra e doutorou-se em estudos luso-brasileiros na Brown University, nos EUA. Faz parte da equipa que criou em 2012 o programa de doutoramento em estudos do mundo

de língua portuguesa na Ohio State University, e coordena o programa de licenciatura em português da mesma universidade. Enquanto investigador, o seu trabalho incide sobre as literaturas portuguesa e brasileira dos séculos XIX, XX e XXI, com destaque para as representações da negritude e a produção cultural das diásporas africanas em Portugal. Entre diversas publicações, o seu livro *Filósofos de trazer por casa. Cenários da apropriação da filosofia em Almeida Garret, Eça de Queirós e Machado de Assis* foi publicado em Portugal e no Brasil (Imprensa da Universidade de Coimbra/Annablume, 2013/2014).

Rui Gomes Coelho é arqueólogo. Trabalha no Departamento de Arqueologia da Durham University, Reino Unido, onde coordena a licenciatura em arqueologia histórica. É também investigador do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Estudou na Universidade Nova de Lisboa, onde fez a licenciatura e o mestrado, e doutorou-se em antropologia na Binghamton University, EUA. Trabalhou no Museu Paraense Emílio Goeldi, Brasil, no Joukowsky Institute for Archaeology and the Ancient World da Brown University e no programa de Cultural Heritage and Preservation Studies do Departamento de História de Arte da Rutgers University, EUA. A sua investigação centra-se nos processos de colonização, descolonização e resistência na Europa do Sul e no mundo atlântico. Em 2018 publicou *O arqueólogo cordial* (Imprensa de Ciências Sociais).

Víctor Barros é historiador. Doutorado em estudos contemporâneos/história contemporânea pela Universidade de Coimbra com uma tese sobre comemorações, usos públicos da história e memória do império nas colónias durante o Estado Novo português (1933-1974), tese essa distinguida em outubro de 2020 com o Prémio Internacional de Investigação Histórica Agostinho Neto. É também autor do livro *Campos de concentração em Cabo Verde: as ilhas como espaços de deportação e prisão no Estado Novo*, distinguido com uma menção honrosa no Prémio de História Contemporânea Vítor de Sá, em 2008. Os seus interesses de investigação centram-se nas questões da história colonial e dos impérios coloniais, dos anticolonialismos, das políticas de memória, dos usos públicos da memória colonial, da escrita da história, entre outros. Foi bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian e, enquanto tal, realizou trabalhos de pesquisa de arquivo em Angola, Cabo Verde, França, Moçambique e Portugal. Trabalhou igualmente como membro do projeto de investigação ‘Amílcar Cabral – da história política às políticas de memória’, tendo nesse âmbito realizado missões de pesquisa de arquivo e seminários na Guiné-Bissau, em Cabo Verde, em Portugal e em França. Tem artigos publicados em revistas como *The International History Review*, *Revista Portuguesa de História*, *Revista Angolana de Sociologia*, *Revista de História das Ideias*, *Práticas da História: Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, *European Contemporary History*, entre outras. É atualmente investigador da École des Hautes Études Hispaniques et Ibériques (EHEHI) da Casa de Velázquez em Madrid e do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

Referência para citação:

Barreiros, Inês Beleza. “Reparar o futuro: mesa-redonda com Patrícia Martins Marcos, Pedro Schacht Pereira, Rui Gomes Coelho e Víctor Barros”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 15 (2022): 239-256. <https://doi.org/10.48487/pdh.2022.n15.30061>.